

LUIZA MAHIM E AS “TRISTES REMINISCÊNCIAS DO AFRICANISMO” – ESTATUTO DAS TRADIÇÕES AFRO-BRASILEIRAS NA BAHIA (1930)¹

Mariele Souza de Araújo²

1. INTRODUÇÃO

O disciplinamento, a violência e a desqualificação foram armas utilizadas pela sociedade branca, durante a primeira metade do século XX, para combater a tradição religiosa dos negros na Bahia.

Os candomblés e seus tambores ecoavam pela cidade e, ao seu redor, incomodando os finos ouvidos da elite baiana – essa triste *reminiscência* do africanismo, associada ao analfabetismo dos negros e à ineficiência da polícia de costumes (A TARDE, 1928 apud RAMOS, 1988, 106).

Dentro deste aspecto, inicia-se o estudo da construção da personagem Luiza Mahim, no romance de Pedro Calmon *Malês – A Insurreição das Senzalas* (CALMON, 1933), buscando compreender as características daquela personagem – de filha de santo e mulher negra, à luz do contexto histórico correspondente ao período de elaboração da obra.

O livro de Calmon, mesmo em se tratando de um romance histórico debruçado sobre o século XIX, está muito de acordo com as discussões emergentes sobre o negro à época de sua publicação – 1933. Denota o paralelismo entre o discurso e as políticas elaborados pela sociedade branca em relação aos negros e as percepções do autor sobre seu próprio tempo. É sob a sua perspectiva que veremos o retrato da tradição religiosa afro-brasileira, buscando os reflexos de uma Luiza Mahim possível de ser caracterizada conforme vista pela elite baiana da década de 1930.

2. METODOLOGIA

Assim, para o proceder deste trabalho, utiliza-se como fonte primordial o romance-histórico de Pedro Calmon – entendido como expressão de idéias do autor em seu próprio momento histórico –, ao tempo em que se observa o lugar social de onde emite a sua voz. Para compreender suas significações, recorreu-se aos jornais de época, focando as representações sobre o negro, ali contidas. Além disso, dialoga-se com as produções científicas do período acerca de temas raciais, buscando as filiações teóricas do autor – nessa época particularmente rica sobre a temática do negro, em que as questões, como a chamada democracia racial, começam a ganhar espaço.

¹ Este texto é parte integrante de trabalho monográfico de final de curso – Especialização em História Social e Educação – com o título: Luiza Mahim, uma “princesa” negra na Bahia dos anos 1930 – Representação e contexto histórico no romance de Pedro Calmon, *Malês – A Insurreição das Senzalas* (1933). Exprime resultados parciais, passíveis de modificações posteriores pela autora. Orientação do Professor Dr. Vilson Caetano de Souza Jr. – Professor do Depto. de História/UCSal. vilson@fib.br. Esta pesquisa é apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

² Pós-graduada do Curso de Especialização em História Social e Educação da Universidade Católica do Salvador – UCSal. marielesaraujo@terra.com.br.

3. RESULTADO/CONCLUSÃO

3.1 Maldita Tradição ou Tradição Negra – o olhar da sociedade branca sobre as práticas religiosas afro-brasileiras.

Após a abolição, os africanos e suas tradições são tratados como elementos de um passado escravocrata que deve ser esquecido. Sua religião fetichista, em particular, era símbolo de atraso e de competência mental questionável, segundo a opinião da época.

Durante a Velha República, ecoavam as idéias racistas e eugenistas que dariam base para Nina Rodrigues defender uma relação entre capacidade intelectual e religiosidade. Promovendo um estudo comparativo, numa linha evolucionista, o cientista concluiu que conviviam na Bahia quatro zonas superpostas de manifestações religiosas.

No topo, ele encontra o catolicismo monoteísta, muito incompreendido, e praticado por poucos [brancos] – segundo ele. Seria a camada superior e mais reduzida. A mais densa, que abrigaria maior quantidade de pessoas, viria logo abaixo, trazendo muitos brancos, mestiços e os negros mais inteligentes e cultos. Tratava-se da “idolatria e mitologia católica dos santos profissionais”. Na terceira camada, estaria classificada a mitologia gêge-iorubana, identificada com os santos católicos, no chamado sincretismo. Por último, encontraríamos todos os demais cultos fetichistas atribuídos a africanos de nações consideradas atrasadas, negros, crioulos e mestiços desse mesmo nível intelectual e indígenas (RODRIGUES, s/d, p. 245). Assim, quanto mais distantes do catolicismo, mais prejudicadas seriam as mentes – incapazes de conviver com sistemas religiosos de representações abstratas. Evidenciava-se a debilidade do negro.

Era preciso, pois, combater os candomblés. O terreiro era a “cathedral de orichás” e o “cemiterio de monstros” (CALMON, 1933, 104). Lá, pais-de-santo como José dos Milagres – “feiticeiro que governava a orgia” da roça freqüentada por Mahim (CALMON, 1933, p. 27) – promoviam estranhos rituais, “sessões de satanismo ou praticas diabólicas” (DIÁRIO da BAHIA, 1929 apud RAMOS, 1988, p. 107). Em 1928, o jornal clamava, em nome de uma nova estética urbana progressista: “é preciso limpar a cidade destes antros” (A TARDE, 1928 apud RAMOS, 1988, p. 106).

A persistência dessas tradições conflitava com o modelo de progresso e civilização perseguido pela elite, que buscava sua inspiração no modo de viver europeu. E mais, representavam um vigoroso foco de resistência contra-aculturativa da população negra e de sua cultura face à sociedade baiana (BRAGA, 1995, p. 20).

Dentre os aspectos da tradição afro-brasileira, abordados por Calmon, o candomblé, com seus “deuses mãos” (CALMON, 1933, p. 23), é o elemento mais repudiado em sua obra, refletindo o período de produção do romance, que se caracterizava por inúmeras ‘varejadas’ da polícia aos terreiros da cidade. No entanto, “– já era tarde e insuficiente a ação simples ‘das patas dos cavalos e dos sabres’.” (BACELAR, 2001, p. 37). Eram tradições que estavam por demais arraigadas, conferindo significações próprias aos negros, que as identificam como símbolos de coesão social (HOBSBAWN, 2002).

A permanência do candomblé, no pós-escravismo, era a marca de uma resistência que continuava. Se, antes, negros clamavam pela liberdade, agora pediam condições de sobrevivência. O combate pela violência policial foi, portanto, inglório. Prisão de devotos, apreensão dos instrumentos rituais, destruição de imagens foram atitudes vãs. Já teria advertido o acadêmico Nina Rodrigues: “curioso este tom de ingênua sinceridade e convicção profunda com que a imprensa, o público ‘esclarecido’ e a polícia acreditam possível sufocar as crenças religiosas de uma raça com a mesma facilidade com que se dispersa um ajuntamento fortuito de curiosos”.

3.2 A educação dos braços e a correção das mentes

O combate contra as tradições afro-brasileiras, durante a Primeira República, mostrava-se insuficiente e ineficaz – quando a repressão é transferida da autoridade senhorial para o Estado e o

Poder de Polícia. Em pólo oposto ao da violência, mas com o mesmo fito, surge o papel da Educação.

A sociedade burguesa emergente, como cita Luzia Margareth Rago (1985, p. 61), buscava normalizar o outro, preocupando-se em criar regras de civilização para os pobres, para as classes incultas e brutas – onde se incluíam os negros. Ingredientes de ignorância e brutalidade não cabiam mais na nova sociedade, que procura se regular pelos avanços científicos, pautados pelo progresso, e o modo de vida europeu. Nela, o negro só tem lugar nas classes inferiores, onde podia exercer trabalhos manuais, que exigiam mais da força física que do intelecto.

Com o auxílio de uma ciência que adquiria proporção e reconhecimento, até então inéditos, a classe dominante passa a delimitar aspectos do cotidiano e certifica a posição subalterna do negro na hierarquia social. Pretendiam, em verdade, “domesticá-lo” desde o berço. É neste ânimo que escolas para filhos de pobres – quase sempre negros – são criadas, a exemplo do *Abrigo dos Filhos do Povo* (1918), que tinha como “missão cuidar de crianças pobres e desvalidas, melhorando-lhes, com escolhidas e bem dosadas substancias, a alma, o espírito e o corpo, até concluir-lhes o preparo, sem lacunas, em operários capazes de se afortunarem, afortunando a Pátria e a Sociedade” (BARBOSA). Tentava-se, destarte, eliminar os “males da ignorância” dos negros, manifestados principalmente pelas práticas fetichistas.

Instituições como o *Abrigo* adquiriam importância, não somente na preparação de mão-de-obra futura, mas na adequação desses jovens a um código de comportamento desejado, onde se difundiam máximas como “*Viva a Bahia*” e “*Deus, Justiça, Trabalho*”.

Afinal, restava claro, que “a bonança do mundo só depende de serem aproveitados os parvulos abandonados de hoje, inclusive os estropeados e os deprimidos” (BARBOSA).

A sociedade branca buscava, então, controlar e dar destino àqueles negros, que deveriam permanecer contidos no lugar mais baixo do tecido social. Não poderiam ficar no meio do caminho, retardando a caminhada rumo ao progresso e à civilização. Tratava-se de aculturar, selecionar os elementos da tradição negra considerados interessantes ou úteis – como alguns elementos da culinária e da música – e excluir os ditos bárbaros. Afinal, era tempo de civilizar-se. Civilização, aliás, palavra muito cara àqueles tempos – era o fim que justificava todos os meios. Assim, as tradições negras, principalmente as religiosas, foram fortemente combatidas – tanto pela violência policial quanto pela violência moral – através do disciplinamento do indivíduo.

3.3 Mahim - uma quase dama

É neste contexto de perseguição ao candomblé e de extrema desvalorização da tradição negra, que vamos refletir sobre a visão de Pedro Calmon acerca da mulher negra, e filha de santo, Luiza Mahim – para ele, uma liberta resoluto que, no séc. XIX, sonhou em reinar sobre a Bahia.

Na verdade, mais que isso. Uma fetichista que freqüentava as missas na Igreja da Piedade aos domingos, vestindo-se bem, perfumada, “majestosa como uma dama” (CALMON, 1933, p. 55), mas que não hesitou em se lançar pela disputa do *orichá*, lançado ao ar por pai José. Lutou no chão com outros negros, levantando poeira, até exibir seu troféu, “seminua, com as roupas estraçalhadas cahindo em tiras” (CALMON, 1933, p. 30).

Mahim é, dessa forma, apresentada como uma bárbara. A conquista do orixá lhe autorizaria o assassinato do primeiro branco, realizando a abertura da rebelião de escravos que havia de ser encetada. Na seqüência, muita dança, “saracoteando as mulheres, bebedas, numa loucura de gritos desordenados e desarticulações incríveis” (CALMON, 1933, p. 30). Uma festa não muito distinta dos batuques promovidos pelos negros, em celebrações tradicionais, como a festa em reverência à Mãe d’Água. Eram ocasiões em que negras de “cara gaiata” (CALMON, 1933, p. 83) como Mahim, “nereidas catíngosas e côr de ébano”, incitavam a “pancadaria grossa” que se sucedia nos fins dos festejos – alimentada por uma selvagem mistura dos barulhos do candomblé com as libações de cachaça (A TARDE, 1930b).

Pensar os contornos de Luiza Mahim, possível nos inícios de 1930, é refletir sobre o espaço ocupado pelas mulheres negras na sociedade baiana da época. Como observou Alberto Heráclito

Ferreira Filho (1994, p. 100), o projeto modernizante preocupava-se com o comportamento moral das mulheres e buscava livrar a cidade das “chagas do passado colonial”. Assim, Mahim, que em 1880 foi descrita – em poucas palavras – pelo filho Luis Gama (1880) como uma quitandeira, muito laboriosa e dada ao comércio, em Calmon será mostrada como uma quitandeira que tinha rodeado o tabuleiro de “rapazes casquilhos, que intermeiavam as aventuras de grande estylo com o seu namoro barato” (CALMON, 1933, p. 39). Parece até ser a mesma mulher descrita nas páginas do jornal de então: uma “[...] rotunda preta, que se espalha commodamente num tamborete indecente, a vender fructas, [...] á vontade e a tagarellar com os parceiros, que se lhe juntam á roda”. E, com isso, provocar protestos “contra esse espetáculo deprimente”, posto que deveria ser evitada “ao estrangeiro a visão dessa tristeza” (A TARDE, 1930a).

Nesse sentido, couberam os adjetivos de “sem reputação e sem estado” (CALMON, 1933, p. 60), que lhe foram imputados por Calmon. Mahim ou a mulher negra representa o papel da desqualificação, evocando um passado africanista com seus “aspectos que precisam desaparecer” (A TARDE, 1930a).

As verdadeiras mulheres baianas seriam, portanto, as “mães, esposas, noivas, irmãs de tão grandes brasileiros” (FREYRE, 1990, p. 53), ruis barbosas, calmons, mangabeiras, vianas. Como a tia do próprio Pedro Calmon, a “fidalga dama” (CALASANS, 1991, p. 55) Dona Julieta [senhora Góes Calmon], tida como “um encanto de dama brasileira, que, continuando sinhá, tem alguma coisa de europeu” (FREYRE, 2000).

Ora, as mulheres negras da Bahia nada tinham de europeu, e a sociedade da época fazia questão de destacar enfaticamente esse aspecto, atribuindo-lhes contornos de bizarra selvageria, que certamente justificavam os lugares que lhes eram permitidos: a cozinha da branca, o comércio informal – que já passava a ser combatido – e as atividades subalternas. E, na campanha injuriosa de lhes imprimir a desqualificação, a simples dor de garganta de Maria Florência Campos, uma “pretinha melindrosa que não perde uma farra, mesmo que, para tal, tenha que perder o emprego” virou notícia de jornal (A ATARDE, 1930c).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intenso combate às tradições afro-brasileiras, principalmente as religiosas, marcam o período de lançamento do romance de Pedro Calmon, que evoca a personagem Luiza Mahim. Podemos observar algumas das características que lhe atribuiu o autor, à luz daqueles acontecimentos. Evidencia-se, então, a atualidade da obra em sua publicação, numa sociedade burguesa que emergia sob o discurso do progresso, da civilidade, da busca de uma pureza racial.

A ciência deveria ocupar os espaços do atraso e da selvageria – legados africanos indesejáveis e sistematicamente combatidos. Mahim será um exemplo didático de como não ser, e também de como ser, uma negra na década de 1930. Aqui, aborda-se apenas a sua primeira fase, no romance – que diz respeito ao modo inadequado de comportamento, merecedor de perseguição. Em outra oportunidade, veremos completa a receita do bolo dada por Calmon, quando Mahim concretiza seu grande ato de redenção, traindo seus irmãos negros.

A literatura aliava-se à violência, ao disciplinamento e à desqualificação para marcar o lugar de pertença do negro na nova sociedade.

5. REFERÊNCIAS

A TARDE: jornal diário. Salvador, 20 ago. 1928. (apud RAMOS, Arthur. O Syncretismo Religioso. In: **O Negro Brasileiro**. Recife: FUNDAJ/ Ed. Massangana, 1988)

_____. Jornal diário. Salvador, 03 fev. 1930a

_____. Jornal diário. Salvador, 06 fev. 1930b

_____. Jornal diário. Salvador, 19 fev. 1930c

BACELAR, Jefferson. Os últimos africanos em Salvador. In **A hierarquia das raças - negros e brancos em Salvador**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

BARBOSA, Ruy. A imprensa e o dever da verdade. Conferência (por pronunciar) em benefício do Abrigo dos Filhos do Povo, s/d.

BRAGA, Júlio. Candomblé: resistência à repressão. In: **Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos canbomblés da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 1995.

CALASANS, José. **Miguel Calmon Sobrinho e sua época: 1912-1967**. Salvador: Museu Eugênio Teixeira Leal/Memorial do Banco Econômico, 1991

CALMON, Pedro. **Malês – A Insurreição das Senzalas**. Rio de Janeiro: Pro Luce, 1933.

DIÁRIO DA BAHIA: jornal diário. Salvador, 10 jan. 1929. (apud RAMOS, Arthur. O Syncretismo Religioso. In: **O Negro Brasileiro**. Recife: FUNDAJ/ Ed. Massangana, 1988)

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Salvador das Mulheres – condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita. (Dissertação de mestrado). Salvador: UFBA, 1994.

FREYRE, Gilberto. Bahia e Bahianos. In: FONSECA, E.N. (org.). Salvador: Fundação das Artes/ EGBA, 1990.

_____. Prefácio à 1ª Edição. In: **Casa Grande e Senzala**. 39. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GAMA, Luis. Cartas a Lúcio de Mendonça. São Paulo: Biblioteca Nacional, 1880. Autografo. Mss.

HOSBAWN, Eric. Introdução à invenção das tradições. In: HOSBAWN, E. e RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

RAGO, Luzia Margareth. A colonização da mulher. In: **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RODRIGUES, Nina. Sobrevivências religiosas: religião, mitologia e culto. In: **Os africanos no Brasil**. São Paulo: ed. Nacional, s/d.